



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
<http://ageconsearch.umn.edu>
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



TRABALHADORES ASSENTADOS E TRABALHADORES ACAMPADOS EM MATO GROSSO DO SUL, NO PERÍODO DE 1983 A 2003

ELCIA ESNARRIAGA ARRUDA; DARIO DE OLIVEIRA LIMA FILHO; CÍCERO ANTÔNIO DE OLIVEIRA TRDEZINI; GIOVANE SILVEIRA DA SILVEIRA;

UFMS

CAMPO GRANDE - MS - BRASIL

dolima@nin.ufms.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

REFORMA AGRÁRIA E OUTRAS POLÍTICAS DE REDUÇÃO DA POBREZA

Trabalhadores Assentados e Trabalhadores Acampados em Mato Grosso do Sul, no Período de 1983 a 2003.

Grupo de Pesquisa: Reforma Agrária e outra Políticas de Redução da Pobreza

Forma de Apresentação- Apresentação com presidente da sessão e sem a presença de debatedor.

Resumo

O objetivo deste artigo é identificar o número de famílias assentadas e acampadas no Estado de Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1983 a 2003. Especificamente pretende-se: indicar o número de famílias acampadas e assentadas, analisar a população economicamente ativa, identificar a população urbana e rural, apresentar a produtividade do setor da pecuária e da agricultura e elaborar a relação investimento industrial e geração de emprego. O procedimento metodológico privilegiou o levantamento de dados secundários junto ao Governo do Estado de MS e INCRA/MS. Os resultados apontam que a capacidade de o Estado responder à demanda tem sido muito inferior às necessidades apresentadas pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Trabalhador Rural. Assentamento Rural.

1 Introdução

A reforma agrária tem sido pauta recorrente de discussão em diferentes instâncias: acadêmica, política e na mídia. Nas diferentes esferas, o conteúdo tem contemplado a importância da reforma agrária, bem como a necessidade de garantir a eficiência e a eficácia na política de distribuição de terras. Enquanto os debates são travados, assiste-se, de um lado, a tentativa de o Estado implementar uma política de distribuição de terra que atenda minimamente a necessidade da classe trabalhadora e, de outro, a crescente demanda por assentamentos, em Mato Grosso do Sul e no Brasil. Ou seja, verifica-se, nos últimos dez anos do século XX e nos primeiros anos do século XXI, uma ascendência no número de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, que vem acompanhada, ao mesmo tempo, de uma demanda crescente de famílias acampadas, isto é, daquelas que aguardam atendimento de sua demanda, em barracas de lona localizadas à beira de estradas de rodagem ou mesmo nas cidades.

Essas observações conduziram-nos à formulação da questão: Qual a relação entre o número de famílias acampadas e o número de famílias assentadas, em MS, nos últimos 20 anos? A partir desse questionamento, definiu-se como objetivo geral: Identificar a relação entre o número de famílias assentadas e acampadas no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2003. A presente investigação pretende analisar a política de reforma agrária, que se expressa nos números de famílias assentadas e acampadas em MS.

Os objetivos específicos foram explicitados como se segue: 1- indicar o número de famílias acampadas e assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1983 a 2003; 2- analisar a população economicamente ativa (PEA) em MS, de 1980 a 2001; 3- analisar a população urbana e rural, em MS e no Brasil, no período de 1970 a 2000; 4- identificar a produtividade do setor da pecuária e o agrícola; 5- identificar a relação entre investimento industrial e geração de emprego. Os objetivos específicos indicam, de certa forma, o eixo de análise pretendido neste artigo. Para entender a relação entre o número de famílias assentadas e acampadas, no período estudado, julga-se indispensável recorrer ao entendimento de como a sociedade se organiza, ou seja, apreender as relações que se estabelecem entre os homens no processo de produção de mercadorias. Nesse sentido, acredita-se que o movimento da sociedade capitalista e as especificidades que ela encerra, em sua fase monopólica, tecem a história de produção de homens e mulheres sem terra.

O procedimento metodológico privilegiou o levantamento de dados primários junto à Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de MS (SEPLANCT) e na unidade estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em MS. Após a coleta de dados, procedeu-se à sua consolidação e formatação em Tabelas, de forma a atingir os objetivos propostos. Os documentos pesquisados foram, respectivamente, Diagnóstico Socioeconômico de MS e as Normas de Execução e relatórios da instituição. Os dados referem-se ao período delimitado para estudo: 1983 a 2003.

Pretende-se indicar, ainda que preliminarmente, as condições materiais que condicionam a necessidade de distribuição de terra, isto é, as condições que engendram o surgimento de homens sem terra, sem teto, sem comida, sem agasalho... homens e mulheres que não conseguem vender a única propriedade: a sua força de trabalho.

As considerações finais refletem a necessidade de analisar a Política de Reforma Agrária considerando o movimento da sociedade capitalista de produção no que se refere à estrutura de produção.

2 Produção Agropecuária em Mato Grosso do Sul.

O Estado de Mato Grosso do Sul é conhecido, nacionalmente, como uma região que se destaca por sua produção agropecuária. Isso pode ser confirmado pela participação de sua

produção agrícola e pecuária quando comparado ao conjunto da produção do país. A produção de bovinos se destacou por corresponder a 12,8% do efetivo nacional em 2001, o que corresponde ao maior rebanho bovino do Brasil. (SEPLANCT/MS, 2004, p.47)

A Tabela 1 apresenta a quantidade do rebanho bovino em 22 anos, de 1980 a 2002. Verifica-se, nesse período, um aumento de 95,30%, no número de cabeças, passando de 11.862.907 para 22.619.950. Enquanto que o número de abates de cabeças foi multiplicado por 3,5, passando de 1.155.000 para 4.042.093 cabeças. A taxa de abate se refere à relação entre o número de abates e a quantidade total de bovinos. Por exemplo, em 1980 foram abatidas 1.155.000 cabeças, quando o rebanho era de 11.862.907 cabeças, o que significa uma taxa de abate de 9,73%. Em 2002, o número de abates foi de 4.042.093 de um rebanho de 23.168.235 cabeças, nesse caso, a relação entre a quantidade de abates e a quantidade de bovinos foi de 17,45%.

Tabela 1: Mato Grosso do Sul: Rebanho Bovino, Animais Abatidos e Taxas de Abate em Anos Censitários e Estimativa para 1980-2002.

Anos	Rebanho Bovino	Abates (cabeças)	Taxas de abate (%)
1980	11.862.907	1.155.000	9,73
1985	15.017.906	1.625.017	10,82
1996	19.754.356	3.873.496	19,61
1998	21.856.493	3.622.747	16,57
2000	22.205.408	3.398.928	15,31
2001	22.619.950	3.883.602	17,17
2002	23.168.235	4.042.093	17,45

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p.50

Alguns fatores são apontados para expansão da produção:

A modernização da atividade pecuária, com a introdução de tecnologias de mecanização e correção do solo na década de 70, expandiu as áreas com pastagem plantada a uma taxa de 3,5% a.a. e, ao mesmo tempo, possibilitou um crescimento médio anual de 3,23% no rebanho bovino no período de 1980-1996 e de 2,69% no período de 1996-2002. (SEPLANCT/MS, 2004, p.48)

O avanço tecnológico, ainda que mais intensivo em algumas regiões e menos em outras, possibilitou a melhoria nos níveis de manejo, como a divisão das propriedades em invernadas menores, melhorando a distribuição das águas e dos rebanhos, a introdução do sal mineral na grande maioria das propriedades e em menores índices a inseminação artificial. (SEPLANCT/MS, 2004, p. 49)

Ao analisar a produção agrícola, verifica-se que Mato Grosso do Sul ocupava, em 2002, 5,41% da produção nacional. Essa produção colocou MS como sétimo estado produtor agrícola no Brasil. Os produtos que compõem a cesta de grãos do Estado são: soja, milho, arroz, algodão, trigo, feijão e sorgo, tendo destaque a produção de soja e milho. A safra de soja correspondeu, em 2002, a 7,8% da produção nacional, enquanto que a de milho correspondeu a 6,5% da safra nacional. (SEPLANCT/MS, 2004, p.37)

Conforme a Tabela 2, a produção no Brasil, em 23 anos, foi multiplicada por 2,36, enquanto a área colhida, foi multiplicada por 1,19. O rendimento é o resultado da divisão da quantidade da produção pelo número de hectares de área colhida. Por exemplo, em 1980, foram colhidas 51.592.996 toneladas de grãos em uma área de 35.664.626 hectares. Essa relação resulta em um rendimento de 1.447 toneladas de grãos por hectare. Em 2003, verifica-

se a produção de 121.775.889 toneladas de grãos em 42.553.798 hectares, o que implica um rendimento de 2.862 toneladas de grãos por hectare. Comparando-se o rendimento em 1980 e 2003, observa-se um aumento de 97,79%.

A Tabela 2 apresenta, também, a produção de grãos em Mato Grosso do Sul. Verifica-se que a produção, em 23 anos, foi multiplicada por 3,58, o que corresponde a um aumento maior que a produção nacional, passando de 2.218.799 toneladas, em 1980, para 7.950.082 toneladas em 2003. Enquanto que a área colhida aumentou em 46,33%, passando de 1.644.547 ha para 2.406.497 ha, percentual também maior que o nacional. O rendimento, em MS, também foi maior que o nacional, sendo multiplicado por 2,45, que corresponde a uma variação de 144,92%. Esses dados permitem visualizar a relevância da agricultura de Mato Grosso do Sul em relação à produção do Brasil, conforme a comparação em termos de produtividade.

Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Evolução de Produção de Grãos, Área Colhida e Rendimento da Agricultura de Grãos do Estado de Mato Grosso do Sul - 1980-2003.

Descrição	1980	1985	1990	1995	1998	2000	2003
Produção / BR (t)	51.592.996	59.126.391	56.014.192	79.374.049	74.684.484	83.858.356	121.775.889
Área Colhida(ha)	35.664.626	37.122.025	35.719.026	37.253.497	32.834.087	36.012.862	42.553.798
Rendimento	1.447	1.593	1.568	2.131	2.275	2.328	2.862
Produção /MS(t)	2.218.799	3.680.412	3.133.591	4.112.269	4.484.940	4.038.437	7.950.082
Área Colhida(ha)	1.644.547	2.015.227	1.925.393	1.727.771	1.790.113	1.717.752	2.406.497
Rendimento	1.349	1.826	1.628	2.380	2.505	2.351	3.304

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p.45

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 indicam a expressiva capacidade produtiva de MS. Dois componentes são necessários para a produção: trabalho e capital. Entendemos por trabalho, a força humana, dispêndio de energia, de nervos e músculos; e por capital o conjunto de máquinas e equipamentos, assim como a terra. A pergunta que se permite, diante dos dados apresentados acima, é a seguinte: O aumento da capacidade de produção tem sido acompanhado pela incorporação de trabalhadores (assalariados) no sistema produtivo?

3 Trabalhadores empregados em MS.

Os dados apresentados, nesta seção, possibilitam responder a questão, ainda que de forma preliminar. Embora possa ser destacada a produção agropecuária de Mato Grosso do Sul, no período de 1980 a 2001, conforme análise apresentada nos parágrafos anteriores, observa-se uma ligeira queda no número de empregos no setor primário, como pode ser observada na Tabela 3.

Tabela 3: Mato Grosso do Sul: Distribuição da população economicamente ativa ocupada por setores de atividade -1980-2001

Setores	1980		1985		1988		1989		1990	
	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)
Primário	207.494	36	198.447	31	178.978	25	183.919	25	200.970	26
Secundário	102.797	18	102.099	16	104.924	15	120.231	16	111.328	14
Terciário	273.143	47	346.858	54	431.123	60	442.948	59	460.277	60
Total	583.434	100	647.404	100	715.025	100	747.098	100	772.575	100
Setores	1996		1997		1998		1999		2001	

	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)	Absoluta (hab.)	Relativa (%)
Primário	276.725	28	287.075	28	257.940	28	302.813	28	198.945	18
Secundário	133.532	13	150.409	15	150.493	15	136.767	13	204.684	19
Terciário	593.894	59	591.072	58	618.236	57	648.365	60	677.921	62
Total	1.004.151	100	1.034.556	100	1.026.669	100	1.087.945	100	1.081.550	100

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p. 25 e 26

A Tabela 3 indica que o número de pessoas ocupadas, em 1980, no setor primário era de 207.494 pessoas, e, em 2001, de 198.945 pessoas, o que representa uma diminuição de 4,12%, enquanto que, no mesmo período, a população economicamente ativa do Estado aumentou em 85%. Nesse período, 1980-2001, registrou-se uma oscilação ascendente da força de trabalho incorporada na produção, que pode ser assim explicada;

No período de 1990/99 o setor primário voltou a ampliar a sua participação na ocupação da população economicamente ativa, representando em 1997, 28,3% da PEA contra 24,6% em 1989, influenciado principalmente pelo incremento em escala comercial das atividades de suinocultura e avicultura, somadas à ampliação do número de famílias assentadas no Estado. (SEPLANCT/MS, 2004, p.26)

Enquanto isso, os setores secundário e terciário obtiveram, no mesmo período, respectivamente, um aumento no número de trabalhadores de 99% (de 102 797 para 204 684) e 148% (273.143 para 677.921). Em se analisando a participação do setor terciário na PEA, ver-se-á que, em 1980, era de 47% e em 2001 de 62%. O setor secundário manteve sua participação, na PEA, de 18%, em 1980, e 19%, em 2001.

No entanto, o setor primário, ao contrário dos outros dois setores, teve sua participação reduzida na PEA, de 36%, em 1980, para 18%, em 2001. Analisando os dados que apontam a capacidade produtiva do Estado de MS (Tabelas 1, 2 e 3) e os dados de incorporação de força de trabalho na produção (Tabela 4) constata-se que o setor primário, em que predominam a produção bovina e de grãos, apresentou altos índices de produtividade, ao mesmo tempo, é cada vez menor o número de pessoas ocupadas nesse setor. Um dos fatores apontado como responsável por esse quadro é a utilização da tecnologia. Em relatório, a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia assim justifica:

No período de 1999/2001 observa-se uma redução significativa na absorção de mão-de-obra pelo setor primário, resultado do elevado grau de mecanização da atividade agrícola, redução do pessoal não remunerado, dos trabalhadores por conta própria e/ou das pessoas que produzem para o próprio consumo dentro do segmento agrícola, [...] (SEPLANCT/MS, 2004, p. 26)

A redução da PEA no setor primário não é o único fator que diferencia esse setor dos outros dois que compõem a economia do Estado.

Analisando os dados da Tabela 4, verifica-se, ao comparar, de um lado, os setores primário e secundário e, de outro, o terciário, que **o setor primário tem o menor percentual de pessoas com rendimento**, (seja até dois salários mínimos, dois a cinco, cinco a dez salários mínimos). No percentual de rendimentos acima de dez salários mínimos, o setor primário supera o secundário, somente, nos anos de 1993 e 2001. Pode-se observar, também que, **no setor primário situa-se o maior percentual de trabalhadores sem rendimento**.

Tabela 4: Mato Grosso do Sul: Porcentual de pessoas ocupadas por faixa de rendimento mensal e setor de atividade considerando a principal ocupação na semana de referência, 1993-2001.

Faixas de Salário Mínimo	Primário			Secundário			Terciário			Total		
	1993	1997	2001	1993	1997	2001	1993	1997	2001	1993	1997	2001
Até 2 SM	36,1	37,2	44,9	65,1	48	64	57,3	50,4	57,8	49,1	45,7	56,5
Mais de 2 a 5 SM	16,1	19,2	14,3	23,4	36,6	26,6	24,3	28	25	20,5	26,9	23,3
Mais de 5 a 10 SM	4,1	1,9	3,8	5,4	7,9	3	8,5	9,8	8,7	7,4	7,2	6,7
Mais de 10 SM	3,2	3,1	4,3	1,7	4,2	1,6	4,5	7	5,6	4,2	5,5	4,6
Sem rendimento	39,3	37,9	31,8	3,4	3,1	4,6	5,3	4	2,7	17,8	14	8,6
Sem declaração	1,2	0,7	0,9	1	0,2	0,2	0,1	0,8	0,2	1	0,7	0,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Sócioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p.27

Em síntese, pode-se afirmar que o setor primário da economia de Mato Grosso do Sul é composto por mais de 75% de pessoas que, ou recebem até dois salários mínimos, ou estão sem rendimento (em 1993 o percentual foi de 75,4%; em 1997 de 75,1% e em 2001, chegou a 76,7%). Excetuando-se o ano de 2001, em 1993 e 1997, a prevalência foi dos sem rendimento sobre os que ganham até dois salários mínimos no setor primário.

Os dados anteriores apontam que os setores primário e secundário têm prescindido de trabalhadores para produzir riqueza e que o setor terciário apresenta tendência de expansão, podendo incorporar os trabalhadores desnecessários no setor primário e secundário. É preciso dizer, no entanto, que o setor terciário também apresenta limites.

A Tabela 3, apresentada anteriormente, mostrou que o setor terciário, desde 1985, é responsável por abarcar mais da metade da população economicamente ativa de Mato Grosso do Sul, tendo, em 2001, abrangido 62% da PEA. O setor terciário pode ser designado como:

[...] constituído pelos ramos de comércio interno e externo e áreas de serviços – tanto de caráter público, para atendimento à população, como saúde, educação, etc., bem como os serviços mercantis de apoio às atividades econômicas, como transportes, comunicações e uma gama de serviços especializados e auxiliares em todos os segmentos econômicos. (SEPLANCT/MS, p.68).

No entanto, na década de 1990, esse setor mostrou sinais de esgotamento no que se refere ao papel de incorporar trabalhadores egressos do setor primário e secundário. Temos assim, também no setor terciário, uma contínua redução na oferta de trabalho, o que assemelha ao que já foi apresentado para os outros dois setores, secundário e primário. Essas afirmações podem ser corroboradas pela citação que segue:

No período 1990-1994, com o reflexo do processo recessivo, perderam-se no Estado 7.440 empregos (410.924 admitidos contra 417.518 demitidos), com **maior concentração no comércio, construção civil, serviços** e indústria de transformação. Já entre 1995-1998, as demissões continuaram aceleradas, tendo sido desligados, nos primeiros dois anos, 16.858 trabalhadores mais que as contratações, refletindo as dificuldades vividas por alguns setores que tiveram de adotar políticas de ajustes diante de uma conjuntura globalizada e a estabilização da economia, **atingindo principalmente as áreas de serviços, comércio e construção civil**. Apesar de ter mostrado sinal de recuperação em 1997, não é confirmada essa mesma tendência em 1998, apresentando um saldo negativo de 4.076 demissões a mais em relação às contratações, **contribuindo principalmente com a queda da oferta de emprego no setor de serviços, comércio e administração pública**, [...] (SEPLANCT/MS, 2004, p. 28). (grifo nosso)

O que fica patente nesse breve olhar sobre a economia de Mato Grosso do Sul é o contingente de trabalhadores que se torna supérfluo para a produção, como se observou nos setores primário e secundário; ou que tem seus postos de trabalho atingidos por uma conjuntura desfavorável, como se evidenciou no setor terciário. Pretendeu-se mostrar, então, como as forças materiais da sociedade produzem homens sem a possibilidade de trocar sua força de trabalho por um salário que lhe permita garantir sobrevivência. Nessas condições, a busca por assentamento constituir-se-ia em uma das formas de conquistar a chance de reprodução da vida material. A indicação das condições materiais que condicionam a necessidade de distribuição de terra é indispensável para que se possa entender a relação entre o número de assentados e acampados.

O exame das Tabelas 1, 2, 3 e 4, permite afirmar que o aumento da riqueza da produção agropecuária é acompanhada pela multiplicação da pobreza do trabalhador. A capacidade de produção aumenta com o emprego de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores. Consta-se no setor primário, de 1993 a 2001: uma diminuição na faixa daqueles que recebem de dois a cinco salários mínimos e de 5 a 10 salários mínimos, um aumento nas fileiras daqueles que recebem até 2 salários mínimos e a manutenção, em patamares elevados, de trabalhadores sem rendimento. Logo, pode-se falar em precarização do trabalho.

O aumento de produção sem a necessidade de incorporação de trabalhadores e a redução no custo da força de trabalho, daqueles que continuam no mercado, podem ser apontados como fatores responsáveis pela atual composição e distribuição da classe trabalhadora em rural e urbana. Na década de 1970 o Estado de MS era majoritariamente rural, com uma população residente na área rural que representava 54,71% da população total.

A Tabela 5 informa que a população residente no Estado de Mato Grosso do Sul foi multiplicada por 2,08, no período de 1970 a 2000; enquanto que a população urbana foi multiplicada por 3,86. E, no mesmo período, a população rural teve uma redução de 39,41%. Sua participação na população residente no Estado, em 2000, representava apenas 15,92%.

Tabela 5: Mato Grosso do Sul: Crescimento da População Residente - 1970/2000 em MS.

Situação do Domicílio	População			
	1970	1980	1991	2000
Rural	546.087	450.444	365.926	330.895
Urbana	452.117	919.123	1.414.447	1.747.106
TOTAL	998.204	1.369.567	1.780.373	2.078.001

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p. 18

Esses trabalhadores, que se deslocam da área rural para a área urbana, devido à impossibilidade de vender sua força de trabalho no campo e, por conseqüência, em função da precariedade e insuficiência das condições para reproduzir sua vida material, não conseguem

cambiar sua força de trabalho nesse novo ambiente para o qual se deslocaram. A redução da necessidade de trabalhadores para a produção não atravessa apenas o setor primário, mas todo o sistema produtivo.

4 Investimento industrial e geração de emprego.

A Tabela 6 aponta a relação entre investimento industrial e geração de emprego, em Mato Grosso do Sul. Se dividirmos a quantidade total de investimento pelo número de empregos gerado, teremos um resultado sempre crescente, excetuando-se o ano de 2001.

Em 1999, o total de empregos gerado foi de 5.469 com um investimento de R\$ 198.382.495,56. Isso significa que, para a geração de um emprego foi despendido o valor de R\$ 36.274,00. Se fizermos o mesmo cálculo para 2000, o custo por emprego será de R\$39.492, e para o ano de 2002, teremos o montante de R\$ 41.973,00 por emprego. Desse resultado, podemos apreender que uma quantidade sempre maior de investimento tende a agregar uma quantidade não proporcional de trabalhadores, ou seja, o número de trabalhadores necessário à produção tende a ser cada vez menor.

Tabela 6: Mato Grosso do Sul: Implantação e Expansão de Plantas Industriais no Estado de Mato Grosso do Sul que contaram com o apoio do Conselho de Desenvolvimento Industrial /CDI – 1999 a 2002.

Ano	Tipo de Incentivo	Nº de Indústrias	Nº de Emprego gerado	Investimentos (em Reais)
1999	Implantação	42	3.916	179.747.018,89
	Expansão	13	1.553	18.635.476,67
	Total	55	5.469	198.382.495,56
2000	Implantação	47	3.041	134.335.423,32
	Expansão	24	2.549	86.426.350,84
	Total	71	5.590	220.761.774,16
2001	Implantação	23	1.515	55.978.607,45
	Expansão	9	1.043	28.727.433,41
	Total	32	2.558	84.706.040,86
2002	Implantação	20	895	31.535.605,42
	Expansão	8	629	32.431.583,13
	Total	28	1524	63.967.188,55

Fonte: MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. SEPLANCT: MS, 2004. p.62 e 63

Até aqui, os dados indicaram uma alta produtividade pecuária e agrícola sem a correspondente incorporação de trabalhadores na produção. Além disso, o fato de a produção agrícola e pecuária prescindir de trabalhadores ocasiona uma concentração de trabalhadores nas cidades. Os dados também apontaram uma expansão dos setores secundário e terciário (ainda que de forma discreta) e uma capacidade de geração de emprego industrial muito aquém do que seria necessário para atender a demanda, ao se considerar que o aumento no número de acampados está diretamente relacionado com a incapacidade de geração de empregos.

5 Número de famílias acampadas e assentadas em Mato Grosso do Sul.

Esta seção apresenta o número de famílias acampadas e o número de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 1984 a 2003. Os dados disponíveis permitiram apresentar a série histórica do número de famílias acampadas apenas no período de 1995-2003, todavia permitem identificar o número de trabalhadores assentados, por período de governo estadual e federal.

5.1 Número de famílias assentadas por ano.

Os dados apresentados na Figura 1 permitem constatar que a política de assentamentos, em Mato Grosso do Sul, possui dois períodos cíclicos com ascensão, auge e declínio com um período de estagnação ou de pequeno número de assentamentos entre tais ciclos.

Em um primeiro momento, temos um ciclo que se desencadeia a partir de 1984 e se estende até 1988. Nesse período, temos uma ascensão que vai de 1984 ao auge em 1986, período em que são assentadas 2398 famílias.

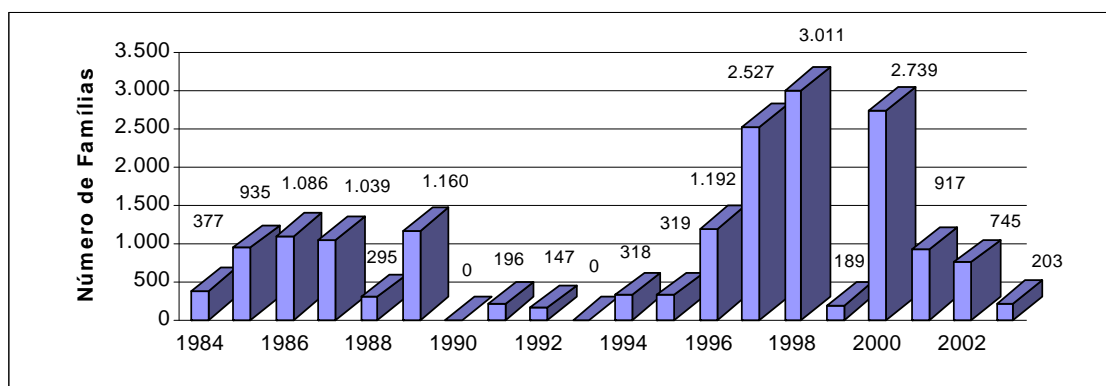


Figura 1: Mato Grosso do Sul. Número de Famílias Assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, por ano no período de 1984 a 2002.

Fonte: Adaptação dos dados do documento intitulado “Projetos de Assentamento no Estado de MS” fornecido pelo INCRA SR-16, s/d. Divisão de Suporte Operacional do INCRA/SR-16/MS, s/d.

No ciclo que compreende os anos de 1984, 1985, 1986, 1987 e 1988 foram assentadas 3.732 famílias. No final do ciclo de assentamentos, que teve início em 1984, com 377 famílias assentadas, chega-se a um auge em 1986, com 1.086 famílias assentadas e a um mínimo, em 1988, de 295 famílias assentadas.

No ano de 1989, tem-se um total de 1.160 famílias assentadas, número maior que o das famílias assentadas em 1986, que constitui o maior número de famílias assentadas desde o início dos assentamentos em Mato Grosso do Sul.

Nota-se que no período de 1990 a 1993 tem-se uma queda vertiginosa no número de famílias assentadas. Do ano de 1994 a 2003 tem-se um novo ciclo, com um maior número de assentados.

O total de famílias assentadas em Mato Grosso do Sul de 1984 a 2003 corresponde a um total de 17.395 famílias.

É preciso dizer que a organização dos dados nos períodos denominados ciclos tem como objetivo levantar duas hipóteses: a primeira que o Estado não mantém os mesmos níveis de intervenção; e a segunda, que o maior número de famílias acampadas, no período de 1993 a 2003, pode ter contribuído para pressionar a que o Estado respondesse de forma a aumentar o número de assentamentos.

Vejamos agora esse movimento com relação aos períodos governamentais, em âmbito estadual e nacional, nas Figuras 2 e 3.

5.2 Famílias acampadas e assentadas em Mato Grosso do Sul por período correspondente às gestões Estadual e Federal.

As Figuras 2 e 3 apresentam o número de famílias assentadas considerando os diferentes mandatos, em âmbito estadual e federal. No período de 1995 a 2003, governo de Fernando Henrique Cardoso no plano nacional e Wilson Barbosa Martins (1995–1999) e José Orcírio Miranda (1999–2003) no plano estadual, foram assentadas 11.639 famílias, que correspondem a 67% das famílias assentadas em Mato Grosso do Sul. Com relação ao período anterior, não se tem uma coincidência entre os governos estadual e federal o que impede a correspondência direta entre a gestão federal e estadual.

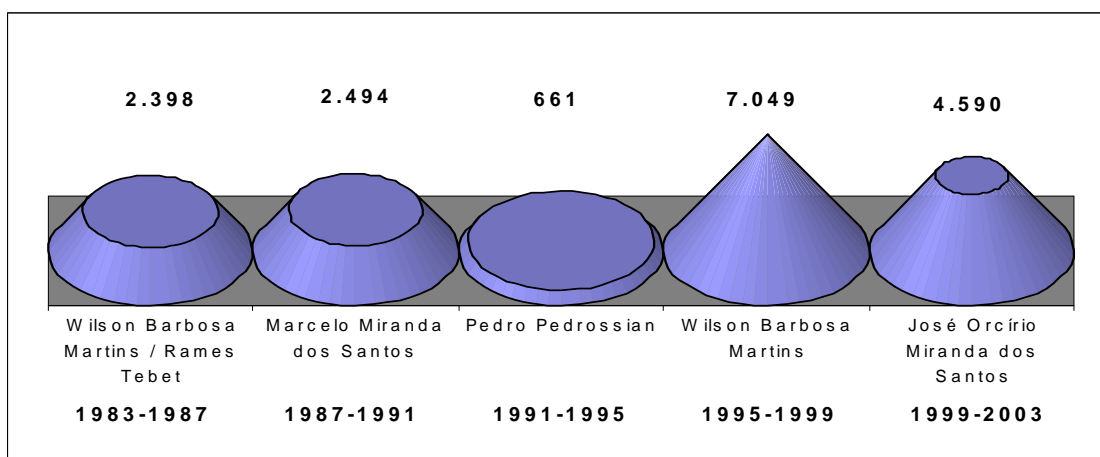


Figura 2: Mato Grosso do Sul. Número de Famílias Assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul segundo os respectivos governos: Wilson Barbosa Martins / Rames Tebet, Marcelo Miranda Soares, Pedro Pedrossian, Wilson Barbosa Martins, e José Orcírio Miranda dos Santos.

Fonte: Adaptação dos dados do documento intitulado “Projetos de Assentamento no Estado de MS” fornecido pelo INCRA SR-16, s/d. Divisão de Suporte Operacional do INCRA/SR-16/MS, s/d.

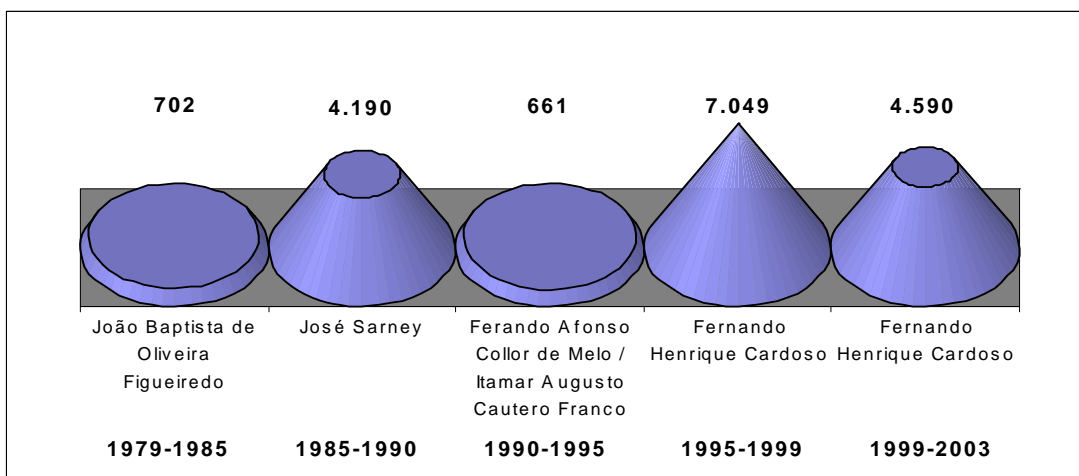


Figura 3: Mato Grosso do Sul. Número de Famílias Assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul segundo os respectivos governos: João Baptista de O. Figueiredo, José Sarney, Fernando A. Collor de Melo / Itamar Augusto C. Franco, e Fernando Henrique Cardoso.

Fonte: Adaptação dos dados do documento intitulado “Projetos de Assentamento no Estado de MS” fornecido pelo INCRA SR-16, s/d. Divisão de Suporte Operacional do INCRA/SR-16/MS, s/d.

A Tabela 7 indica o número de famílias acampadas e assentadas no período de 1995-2003. Ao analisar, conjuntamente, os dados das Figuras 2 e 3 e da Tabela 7 constata-se que o período em que se observa um maior número de famílias assentadas, 1995 a 2003, é o período em que se tem um maior número de famílias acampadas, ou seja, daquelas famílias que aguardam o recebimento de terra, em muitas ocasiões pressionando o Estado.

Tabela 7: Mato Grosso do Sul. Número de Famílias Acampadas e Famílias Assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul no período de 1995 a 2003.

Anos	Famílias Acampadas	Famílias Assentadas
1995	1777	5872
1996	3235	7064
1997	9773	9591
1998	7284	12602
1999	9150	12791
2000	12695	15330
2001	10774	16447
2002	11140	17192
2003	17000	17395

Fonte: Dados Adaptados do “Histórico dos Acampamentos de Mato Grosso do Sul” fornecido pelo INCRA SR-16, 24/03/2003. E dados do documento intitulado “Projetos de Assentamento no Estado de MS” fornecido pelo INCRA SR-16, s/d. Divisão de Suporte Operacional do INCRA/SR-16/MS, s/d.

A Tabela 7 indica, também, um progressivo aumento no número de famílias acampadas em Mato Grosso do Sul. Em 1995 o número de famílias acampadas representava 30% das que estavam assentadas. A mesma tabela permite identificar que a relação entre o número de famílias acampadas e assentadas tende a aumentar para $\frac{1}{2}$, em 1996, chegando à relação de, aproximadamente, um para um, em 1997, ou seja, a quantidade total de pessoas assentadas equivale à quantidade total de pessoas acampadas. Mas o número de assentamentos em 1998, como já analisado, fará com que essa relação volte aos patamares de $\frac{1}{2}$. No entanto, o número de acampamentos em relação ao de assentamentos volta a crescer nos anos subsequentes, 1999 e 2000.

A variação no número de famílias assentadas, no período de 1995 a 2003 é de 196,24, (5872 para 17395), enquanto que do número de famílias acampadas é de 856,67 (1777 para 17000). Ou seja, de 1995 a 2003, o aumento de acampados correspondeu a uma proporção três vezes maior ao do aumento de assentados.

Os dados acima permitem constatar que a oferta de assentamentos não tem atendido a demanda e mais, o número de famílias acampadas tem aumentado numa relação muito superior ao de famílias assentadas. ARRUDA, LIMA FILHO e SPROESSER (2003) informam que expressiva parte das famílias que aguardam terra é proveniente de setores que dispensam trabalhadores.

(...) deve ser enfatizado que poderíamos compor vários perfis de trabalhadores: desde aquele que sempre trabalhou com a agropecuária, seja para comercialização ou consumo e que foi expulso da terra pelas próprias condições históricas, estando, portanto, vocacionado para o trabalho na terra, até aquele com pouca experiência. O último passou pela agricultura e pecuária com assalariado e/ou bóia fria, de forma esporádica, e está no assentamento porque essa é a única alternativa, ainda que em construção, para evitar exclusão total: ausência de alimento, moradia saúde (...)

Ao considerar os dados apresentados poder-se-á supor que a demanda apresentada indica a incapacidade de absorção de trabalhadores em outros setores. Nesse sentido, a

discussão sobre a distribuição de terra e demanda por assentamentos parece exigir uma nova organização do sistema produtivo.

6 Recursos Financeiros para Atender a Demanda por Assentamentos

O custo imediato para fazer com que uma família passe de uma situação de acampada para uma situação de assentada, implica o custo da terra, o custo da construção de sua habitação, assim como a aquisição de implementos agrícolas para seu estabelecimento imediato; esses dois últimos gastos podem ser denominados de créditos de instalação. De acordo com a Norma de Execução/Incra/nº 26, de 26 de agosto de 2002 em seu inciso V e VIII do artigo primeiro:

Os recursos para a modalidade de Apoio à Instalação destinam-se à alimentação, à aquisição de ferramentas, insumos em geral, plantel de animais, exceto gado de corte, e a outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do projeto de assentamento.

A aplicação de recursos para a modalidade de Habitação deverá priorizar a utilização de materiais existentes na área do Projeto, assim como a fabricação e mão-de-obra próprias dos beneficiários, e não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do total do Crédito concedido. (INCRA, 2002).

Os valores de créditos de instalação, de obras de infra-estrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento e reforma agrária são fixados e alterados pela Norma de Execução nº 36, de 30 de março de 2004. A referida Norma estabelece em seu inciso V do artigo primeiro:

Crédito de Instalação: Modalidades de Apoio à Instalação e Aquisição de Materiais para Construção – R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais) por família, sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor de referência para a modalidade Aquisição de Materiais para Construção, não podendo exceder a 70% do total do Crédito de Instalação e R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), valor de referência para a modalidade de apoio à instalação.

Já a Instrução Normativa de nº 06 de julho de 2002 “fixa as normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança de Crédito de Instalação no âmbito dos Projetos de Assentamento Integrantes de Programas de Reforma Agrária” e, em seu artigo segundo e sexto, afirma que:

O Crédito de Instalação será concedido aos beneficiários de programas de reforma agrária como forma de garantir-lhes a alimentação básica e a aquisição de ferramentas, animais e insumos indispensáveis ao início da atividade produtiva do projeto de assentamento e, ainda, de possibilitar a fixação da unidade familiar mediante a edificação da moradia.

Os valores concedidos com base nesta Instrução Normativa serão pagos pelos seus tomadores em prestações anuais e sucessivas, amortizadas em até vinte anos e com carência de 03 (três) anos.

Já no que diz respeito à aquisição da terra, o Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que “dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda” e em seu artigo décimo primeiro, prevê que,

O pagamento da terra e de suas acessões naturais, (...), será feito com títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis em parcelas iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão, (...).

A Cláusula Segunda, do Contrato de Assentamento, no que diz respeito aos compromissos assumidos pelo INCRA com o assentado: “Conceder ao Beneficiário a concessão de empréstimo Crédito de Apoio, e Aquisição de Material de Construção (...)”. E na Cláusula Terceira, no que se refere às obrigações do mutuário, entre algumas podemos citar: “Ressarcir ao INCRA as despesas previstas na Cláusula anterior, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, em prestações anuais a serem pagas juntamente com aquelas correspondentes ao valor da terra nua”.

O valor da terra, de acordo com a tabela de “Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – 2004”, estava estimada em um valor mínimo, com relação à média das regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, em R\$ 2.411,74 o hectare de terra.

A Tabela 8 apresenta o montante de recursos necessários para assentar uma família, (R\$ 69.237,00) e para assentar 17.000 famílias acampadas em Mato Grosso do Sul (R\$ 1.177.029.000,00), e a decomposição desses valores.

Tabela 8: Estimativa dos Recursos Despendidos para Assentar Famílias

Custo para assentar	1 Família	17 000 Famílias
Crédito de Habitação	R\$ 5.000,00	R\$ 85.000.000,00
Crédito de Fomento	R\$ 2.400,00	R\$ 40.800.000,00
Valor de 25,64 hectares	R\$ 61.837,00	R\$ 1.051.229.000,00
Total	R\$ 69.237,00	R\$ 1.177.029.000,00

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados de INCRA. Norma de Execução nº 36, de 30 de março de 2004.

A edição da Portaria Ministerial N.º 110, de 06 de abril de 2000

Para o período de 2000 a 2003 as metas estabelecidas:

assentar 7.800 famílias em cerca de 200.000 hectares (200.000 / 7.800 = 25,64 hectares)

Fonte: www.incra.gov.br Acesso em 16/03/05

O valor de hectare foi estipulado a partir de INCRA/SR-16. Tabela de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – 2004. Campo Grande/MS, abril de 2004.

Tomou-se o valor de R\$ 2.411,74 por hectare, que corresponde à média mínima da referida tabela para MS.

A fim de ilustrar o que representa o montante necessário para assentar as famílias acampadas apresenta-se composição do PIB em MS, nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9- Mato Grosso do Sul - Composição do Produto Interno Bruto do Estado de Mato Grosso do Sul em 2002, por setor de atividade.

Composição do PIB em MS SETORES DE ATIVIDADES	Em 2002	
	%	Em Milhões R\$
AGROPECUÁRIA	33,17	R\$ 5.089,27
INDÚSTRIA	21,17	R\$ 3.248,11
Extrativa Mineral	0,26	R\$ 39,89
Transformação	10,32	R\$ 1.583,40
Indústria de Utilidade Pública	1,41	R\$ 216,34
Construção	9,18	R\$ 1.408,49
SERVIÇOS	45,66	R\$ 7.005,61
Comércio	8,08	R\$ 1.239,71
Alojamento e Alimentação	2,19	R\$ 336,01
Transporte e Armazenamento	2,64	R\$ 405,06
Comunicação	2,56	R\$ 392,78
Atividades Financeiras	4,9	R\$ 751,81
Bens Imobiliários	5,6	R\$ 859,21

Administração Pública	13,66	R\$ 2.095,85
Educação e Saúde Mercantil	2,67	R\$ 409,66
Serviços Domésticos	0,83	R\$ 127,35
Outros Serviços	2,54	R\$ 389,71
TOTAL	100	R\$ 15.343,00

Fonte: Disponíveis em: www.iplan.ms.gov.br Acesso em 16/03/05. Obs: Cor azul representa que o valor, em porcentagem e em R\$, é menor do que o necessário para assentar 17.000 famílias.

Tabela 10: Composição do PIB – Produto Interno Bruto do Brasil e Mato Grosso do Sul de 2002 em milhões de R\$.

Ano 2002	Brasil		MS	
	Mihões R\$	%	Mihões R\$	%
Setor Primário	R\$ 110.778,07	8,23	R\$ 5.089,27	33,17
Setor Secundário	R\$ 485.108,33	36,04	R\$ 3.248,11	21,17
Setor Terciário	R\$ 750.141,16	55,73	R\$ 7.005,61	45,66
Total do PIB	R\$ 1.346.027,55	100	R\$ 15.343,00	100

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados disponíveis em: www.iplan.ms.gov.br Acesso em 16/03/05

Em Mato Grosso do Sul, foram necessários 20 anos para assentar 17000 famílias e no mesmo período a nova necessidade é representada por um número superior a esse. Fica evidenciada que a produção de sem-terras ultrapassa (ou tem ultrapassado...) a capacidade de o Estado responder de forma a atender a demanda.

Considerações Finais:

O presente artigo discutiu as condições materiais que condicionam a necessidade de distribuição de terra em Mato Grosso do Sul. Para tanto foi feita uma pesquisa em fontes secundárias composta de relatórios, legislação e outros documentos fornecidos pelo INCRA e pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, em resposta à nossa solicitação.

Os dados apresentados indicam a expressiva capacidade produtiva de MS. O *record* em produção agrícola (grãos) e pecuária (abates) não tem sido acompanhado do mesmo *record* em incorporação de trabalhadores à produção. Ou seja, o sistema produtivo, para atingir alta produtividade, dispensa, cada vez mais, trabalhadores.

O aumento da riqueza da produção agropecuária é acompanhado pela multiplicação da pobreza do trabalhador rural. A capacidade de produção aumenta com o emprego de um número cada vez mais reduzido de trabalhadores. Constatou-se, ainda, no setor primário, que no período de 1993 a 2001, uma diminuição na faixa daqueles que recebem de dois a cinco salários mínimos e de 5 a 10 salários mínimos e um aumento nas fileiras daqueles que recebem até 2 salários mínimos além da manutenção, em patamares elevados, de trabalhadores sem rendimento. Ou seja, poder-se-ia falar em precarização do trabalho?

O aumento de produção agropecuária sem necessidade de incorporação de trabalhadores e a redução no custo da força de trabalho, daqueles que continuam no mercado, pode ser apontado como um fator responsável pela atual composição e distribuição da classe trabalhadora em rural e urbana. Em 2000, apenas 15,92% residiam em área rural em MS. Aproximadamente 75% estavam concentrados nas cidades. No campo, são dispensados da produção e nas cidades não conseguem vender sua força de trabalho. Dessa forma, as forças materiais da sociedade produzem homens sem a possibilidade de trocar sua força de trabalho

por um salário que lhes permita garantir sobrevivência. Nessas condições, a busca por assentamento constitui-se em uma das formas de conquistar a chance de reprodução da vida material.

Nessas condições, em que pese os programas de distribuição de terra, tem-se conseguido assentar famílias numa proporção muito menor do que elas aparecem nas filas de acampados. Os dados expostos, no artigo, comprovam essa afirmação.

Ao se considerar que a produção de homens e mulheres sem terra está determinada pela organização do trabalho na sociedade capitalista, em nossos dias, será possível atender a demanda por assentamentos, cada vez mais crescente? A discussão sobre a necessidade de distribuição de terra não deveria considerar a organização do sistema de produção? Parece-nos que, para pensar em âmbito de “*reforma*” é suficiente contabilizar números de acampados e assentados. No entanto, se a intenção for buscar a compreensão da gênese de homens e mulheres sem-terra e dos limites da “*reforma*”, deve-se eleger categorias de análise que dêem conta de explicitar as metamorfoses pelas quais passou o trabalho, no campo e na cidade.

Bibliografia:

ARRRUDA, E. E; LIMA FILHO, D. O; SPROESSER, R. L. Perfil dos trabalhadores assentados no Assentamento Itamarati, em Mato Grosso do Sul. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (XLI). 2003, Juiz de Fora/MG. **Anais...** CD-ROM.

BRASIL. Decreto nº 433 de 24 de Janeiro de 1992. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial (da República Federativa do Brasil)**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jan de 1992.

BRASIL. Relação de Famílias Assentadas com Famílias Acampadas. Ouvidoria Agrária Nacional, s/d.

BRASIL. INCRA. Norma de Execução nº 25, de 12 de agosto de 2002. Fixa e altera os valores de crédito de obras de infra-estrutura e de serviços para implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Publicada no **D.O. 155**, de 13/08/2002, seção 1, p.126 e B.S. nº 33, de 19/08/2002.

BRASIL. INCRA. Norma de Execução nº 40, de 30 de março de 2004. Estabelece fluxo operacional para a concessão, aplicação e prestação de contas do crédito Instalação, no âmbito dos projetos de assentamentos integrantes do Programa de Reforma Agrária. Publicada no **D.O. 65**, de 05/04/04, seção 1, p. 151 e B.S. nº 14 de 05/04/04.

BRASIL. INCRA – MS. Norma de Execução nº 36, de 30 de março de 2004. Fixa e altera os valores de crédito de instalação, de obras de infra-estrutura e de serviços para a implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Publicada no **D.O. nº 65** de 05/04/04, seção 1, p.149 e B.S. nº 14 de 05/04/04.

BRASIL. INCRA. Norma de Execução nº 26, de 26 de agosto de 2002. Estabelece fluxo operacional para a concessão, aplicação e cobrança do Crédito Instalação no âmbito dos projetos de assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. Publicada no **D.O. 172** de 05/09/02, seção 1, p. 101 e B.S. nº 36, de 09/09/02.



BRASIL. INCRA. Instrução Normativa nº 6, de julho de 2002. Fixa normas gerais para a concessão, aplicação e cobrança do Crédito instalação no âmbito dos projetos integrantes de Programa de Reforma Agrária. Publicada no **D.O. nº 144**, de 29/07/02, seção 1, p. 74 e B.S. nº 30, de 29/07/02.

IANNI, Octavio. **A era do Globalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

MATO GROSSO DO SUL. INCRA – MS. **Tabela de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais**. Campo Grande/MS: abril, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: SEPLANCT, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. INCRA. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Divisão de Suporte Operacional do INCRA/SR16/MS. **Projetos de Assentamento no Estado de MS**. Campo Grande/MS s/d.

MATO GROSSO DO SUL. INCRA. Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul SR-16. **Histórico dos Acampamentos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: 24/03/2003.